

SUMÁRIO

ABREVIATURAS DE AUTORES E OBRAS.....	7
SIGLAS UTILIZADAS	11
PREFÁCIO À QUARTA EDIÇÃO	17
PREFÁCIO À TERCEIRA EDIÇÃO	21
PREFÁCIO À SEGUNDA EDIÇÃO	23
PREFÁCIO À PRIMEIRA EDIÇÃO	25
TÍTULO I. O SISTEMA PENAL	71
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	71
1. Missão e limites do Direito Penal.....	71
2. O sistema penal.....	72
3. O sistema positivo penal.....	73
4. Elementos do sistema.....	73
5. O sistema penal para a criminologia crítica	76
CAPÍTULO II. O SISTEMA POSITIVO VIGENTE.....	77
6. As normas constitucionais	77
7. As normas infraconstitucionais penais.....	78
8. As normas infraconstitucionais extrapenais	79
SEÇÃO I. O DIREITO PENAL FUNDAMENTAL.....	79
9. Conceito	79
10. Código Penal.....	80
SEÇÃO II. O DIREITO PENAL COMPLEMENTAR	81
11. Conceito.....	81
12. As leis penais especiais.....	81
A. Crimes	81
B. Contravenções.....	82
13. A consolidação das leis penais	82
SEÇÃO III. TENTATIVAS DE CONSOLIDAÇÃO DAS LEIS ESPECIAIS	83
14. O Anteprojeto de 1984.....	83
15. A revisão do Anteprojeto de 1984	84
16. O esboço de 1994.....	84
A. A necessidade da reforma	85
B. A não conclusão dos trabalhos.....	85
C. A indiferença oficial.....	86
17. O Anteprojeto de 1998.....	86
A. O aproveitamento do Esboço	86
B. A publicação do anteprojeto.....	87

C. A Comissão de Revisão.....	87
D. A paralisação dos trabalhos.....	87
18. As leis penais de reforma.....	87
SEÇÃO IV. O DIREITO PENAL COMUM.....	88
19. Conceito.....	88
20. Exemplos.....	88
SEÇÃO V. O DIREITO PENAL ESPECIAL.....	88
21. Conceito.....	88
22. Exemplos.....	89
CAPÍTULO III. MOVIMENTOS DE REFORMA DO SISTEMA.....	90
SEÇÃO I. O MOVIMENTO DE LEI E ORDEM.....	90
23. Noções gerais.....	90
24. O discurso político do crime.....	91
25. Meios de comunicação, violência e criminalidade.....	92
26. A globalização e os rumos da Política Criminal.....	95
27. As propostas de criminalização e agravação das penas.....	98
SEÇÃO II. O MOVIMENTO ABOLICIONISTA.....	99
28. Noções gerais.....	99
29. A abolição da pena de prisão.....	100
30. A deslegitimação do sistema penal.....	101
31. O discurso anárquico.....	103
32. Mudanças sociais e sistemas legais.....	104
SEÇÃO III. O MOVIMENTO CRÍTICO.....	104
33. Noções gerais.....	104
34. O positivismo jurídico.....	105
35. O dogmatismo jurídico.....	107
36. A inflação legislativa.....	109
37. O princípio da intervenção mínima.....	111
38. Propostas fundamentais.....	112
SEÇÃO IV. O SISTEMA PENAL CONSENSUAL.....	112
39. Noções gerais.....	112
40. Formas da justiça penal consensual.....	113
41. A despenalização judicial.....	114
42. Alternativas à jurisdição penal.....	114
TÍTULO II. A CIÊNCIA DO DIREITO PENAL.....	117
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	117
1. As ciências naturais.....	117
2. As ciências humanas.....	117
3. A ciência do Direito Penal.....	117
CAPÍTULO II. O ESTUDO DO DIREITO PENAL.....	119
4. O problema do método.....	119

5. A exegese.....	119
6. A dogmática	120
7. A hermenêutica	120
8. A crítica	121
CAPÍTULO III. NATUREZA E FINS DO DIREITO PENAL	122
9. Noções gerais	122
A. Direito objetivo e direito subjetivo	122
B. Distinção fundamental	122
10. Conceito	122
11. Denominação	123
SEÇÃO ÚNICA. CARACTERES FUNDAMENTAIS.....	123
12. Caráter positivo.....	123
13. Caráter público.....	124
14. Caráter autônomo	124
15. Caráter sancionatório.....	124
16. Caráter constitutivo	125
17. Caráter original	126
18. Caráter valorativo.....	127
19. Caráter coercitivo	127
CAPÍTULO IV. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS DO DIREITO PENAL	128
20. O princípio da humanidade das sanções.....	128
21. O princípio da presunção de inocência.....	129
SEÇÃO I. O PRINCÍPIO DA ANTERIORIDADE DA LEI PENAL	131
22. Precisão terminológica	131
23. O marco constitucional	132
24. A norma penal	132
25. Os textos internacionais.....	132
§ 1.º OS MARCOS LEGISLATIVOS HISTÓRICOS	133
26. A antiguidade romana e germânica.....	133
27. A “Magna Charta Libertatum”	133
28. A Carta Magna leonesa.....	134
§ 2.º AS DECLARAÇÕES DE DIREITOS.....	134
29. As declarações do século XVIII	134
30. As declarações dos séculos XIX e XX.....	134
§ 3.º AS GARANTIAS FUNDAMENTAIS	135
31. A garantia natural.....	135
32. A garantia política	135
SEÇÃO II. O PRINCÍPIO DA TAXATIVIDADE DA NORMA INCRIMINADORA.....	136
33. Natureza e função do princípio.....	136
34. O problema dos tipos penais abertos	137
A. Conceito	137

B. Hipóteses.....	138
SEÇÃO III. O PRINCÍPIO DA APLICAÇÃO DA LEI MAIS FAVORÁVEL	138
35. Noções gerais	138
36. Irretroatividade da lei mais grave.....	139
37. Retroatividade da lei mais favorável.....	139
SEÇÃO IV. O PRINCÍPIO DA PROTEÇÃO DOS BENS JURÍDICOS	140
38. Bem jurídico e interesse jurídico.....	140
A. Bem jurídico e objeto do crime	140
39. O princípio do bem jurídico	140
40. O princípio da lesividade (ofensividade)	141
A. O direito penal do autor.....	141
B. O direito penal do fato	142
SEÇÃO V. O PRINCÍPIO DA CULPABILIDADE	143
41. A dignidade da pessoa humana.....	143
42. A responsabilidade em função da culpa.....	143
SEÇÃO VI. O PRINCÍPIO DA PROPORCIONALIDADE DA PENA	144
43. Os limites das sanções penais.....	144
44. A justa retribuição	144
SEÇÃO VII. O PRINCÍPIO DA INDIVIDUALIZAÇÃO DA PENA	144
45. Consagração constitucional	144
46. O dogma da personalidade da pena	145
47. A pessoa física como agente da infração penal.....	145
48. A pessoa física como objeto da individualização da pena.....	146
SEÇÃO VIII. O PRINCÍPIO DA INTERVENÇÃO MÍNIMA.....	146
49. Natureza e função do princípio.....	146
50. Consagração constitucional	147
51. O princípio da insignificância.....	148
52. Intervenção mínima e insignificância	149
SEÇÃO IX. OUTROS PRINCÍPIOS	149
53. O princípio da necessidade das reações penais.....	149
54. O princípio da utilidade social.....	150
CAPÍTULO V. FORMAS DE MANIFESTAÇÃO DO DIREITO PENAL	152
55. A legislação.....	152
A. A lei	152
B. Outros documentos normativos.....	152
56. A doutrina	153
57. A jurisprudência.....	153
CAPÍTULO VI. POLÍTICA CRIMINAL E DIREITO PENAL	154
58. Noções gerais	154
59. Conceito de Política Criminal.....	154
60. Dogmática realista.....	155

SEÇÃO I. CRIMINALIZAÇÃO E DESCriminalIZAÇÃO	155
61. Noções gerais	155
62. A criminalização	156
63. A descriminalização	156
A. Descriminalização formal	157
B. Descriminalização informal	158
C. Descriminalização e o princípio da intervenção mínima	159
64. A neocriminalização	159
65. A desjudicialização	159
SEÇÃO II. PENALIZAÇÃO E DESPENALIZAÇÃO	160
66. Noções gerais	160
67. A penalização	160
68. A despenalização	160
A. Despenalização formal	160
B. Despenalização informal	161
CAPÍTULO VII. DIREITO PENAL E CRIMINOLOGIA	162
69. A integração entre o Direito Penal e a Criminologia	162
70. A experiência brasileira	163
SEÇÃO I. CONCEITO, MÉTODO, OBJETO E FUNÇÃO DA CRIMINOLOGIA	164
71. Conceito	164
72. Método e técnicas de investigação	165
A. O método	165
B. As técnicas de investigação	166
73. Objeto	167
74. Funções	168
SEÇÃO II. PERSPECTIVAS E MODELOS DE INVESTIGAÇÃO CRIMINOLÓGICA	168
75. A Criminologia clássica	168
76. A criminologia positivista	169
77. A criminologia socialista	170
78. A sociologia das condutas desviantes	172
79. A perspectiva interacionista	173
80. A criminologia radical	175
CAPÍTULO VIII. DIREITO PENAL E VITIMOLOGIA	177
81. Noções gerais	177
82. Conceito de vítima	178
A. Sujeito passivo	179
B. Terceiro prejudicado	179
83. A vítima nos tipos legais de crimes	180
84. Comportamento da vítima e medida da pena	180
85. Indicações legais da reparação do dano	181
86. A vítima e os rumos da Política Criminal	182
A. A reação comunitária	182
B. Eventos internacionais e textos de proteção das vítimas	183

C. A perspectiva brasileira	185
D. Novas formas de proteção legal.....	186
CAPÍTULO IX. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS CIÊNCIAS JURÍDICAS.....	187
87. Direito Constitucional.....	187
88. Direito Processual Penal.....	189
89. Direito de Execução Penal	189
90. Direito Penitenciário	190
91. Direito Civil.....	190
92. Direito Administrativo	190
93. Direito Ambiental.....	191
94. Direito Comercial.....	192
95. Direito Econômico	192
96. Direito Tributário	192
97. Direito Previdenciário	193
98. Direito do Trabalho	193
99. Direito Eleitoral.....	194
100. Direito Internacional Público.....	194
101. Direito Disciplinar.....	195
102. Outras ciências jurídicas conexas	196
103. Importância das relações entre os ramos jurídicos	197
CAPÍTULO X. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS CIÊNCIAS DA CONDUTA	198
104. Direito Penal e Filosofia.....	198
105. Direito Penal e Sociologia	199
106. Direito Penal e Psicologia.....	199
CAPÍTULO XI. RELAÇÕES ENTRE O DIREITO PENAL E OUTRAS ÁREAS DO CONHECIMENTO	201
107. Direito Penal e História.....	201
108. Direito Penal e Arte.....	202
109. Direito Penal e Literatura.....	202
110. Direito Penal e Religião.....	202
CAPÍTULO XII. CIÊNCIAS AUXILIARES DO DIREITO PENAL	204
111. Medicina Legal	204
112. Psicologia Judiciária	204
113. Psiquiatria Forense.....	205
114. Polícia Científica	205
115. Criminalística.....	205
116. Estatística Criminal.....	206
TÍTULO III. PERSPECTIVA HISTÓRICA DO DIREITO PENAL.....	207
CAPÍTULO I. OS TEMPOS PRIMITIVOS.....	207
1. A história da pena é a história da humanidade.....	207

2. Origens místicas e religiosas	207
3. A perda da paz e a vingança de sangue	207
4. Um direito penal do terror e do martírio	208
5. A evolução das penas primitivas	208
6. O talião	209
7. A composição	209
8. A pena pública	209
CAPÍTULO II. OS SISTEMAS ANTIGOS	211
SEÇÃO I. O DIREITO PENAL DO ANTIGO ORIENTE	211
9. Noções gerais	211
10. China	211
11. Pérsia	212
12. Assíria	213
13. Japão	213
14. Índia	213
15. Egito	214
16. Israel	214
SEÇÃO II. O DIREITO PENAL GRECO-ROMANO	215
17. Noções gerais	215
18. O Direito Penal grego	215
19. Fundamentos e fins da pena	216
20. O Direito Penal romano	217
SEÇÃO III. O DIREITO PENAL GERMÂNICO	218
21. Noções gerais	218
22. Institutos típicos	218
23. Caráter privado das infrações	219
SEÇÃO IV. O DIREITO PENAL CANÔNICO	219
24. Noções gerais	219
25. O instrumento espiritual de castigo	220
26. Aspectos relevantes quanto ao delito e à pena	220
27. Institutos da teoria do crime	221
CAPÍTULO III. O DIREITO PENAL COMUM AOS PAÍSES EUROPEUS	222
28. O Direito Penal na Idade Média	222
29. Os glosadores e os práticos	222
30. Constituição Criminal Carolina	223
31. A legislação espanhola	223
32. As Ordenações de Portugal	224
33. Demais textos relevantes	225
CAPÍTULO IV. AS REFORMAS DO ILUMINISMO	227
34. Tendências humanitárias	227
35. Os filósofos e a justiça penal	227
36. A obra de Beccaria	228

37. A obra de John Howard.....	229
38. Marat e o seu projeto de legislação criminal.....	230
39. O direito penal revolucionário.....	230
CAPÍTULO V. OS CÓDIGOS PENAIS DO SÉCULO XIX.....	232
40. O sistema das codificações.....	232
41. Os grandes modelos europeus.....	232
42. O Código Criminal do Império brasileiro.....	233
CAPÍTULO VI. AS ESCOLAS PENAIS.....	234
43. Noções gerais.....	234
SEÇÃO I. A ESCOLA CLÁSSICA.....	235
44. Características.....	235
45. Principais representantes.....	235
46. Orientações fundamentais.....	237
SEÇÃO II. A ESCOLA POSITIVA.....	237
47. Características.....	237
48. Principais representantes.....	238
49. Orientações fundamentais.....	240
SEÇÃO III. OS MOVIMENTOS ECLÉTICOS.....	241
50. A Terceira Escola.....	241
51. A Escola de Política Criminal.....	241
SEÇÃO IV. A ESCOLA TÉCNICO-JURÍDICA.....	242
52. Características.....	242
53. Principais representantes.....	243
54. Orientações fundamentais.....	244
CAPÍTULO VII. OS CÓDIGOS PENAIS DO SÉCULO XX.....	246
55. Características.....	246
56. Itália.....	246
57. França.....	247
58. Alemanha.....	248
59. Espanha.....	248
60. Rússia.....	249
61. Portugal.....	250
62. Códigos latino-americanos.....	251
CAPÍTULO VIII. TENDÊNCIAS CONTEMPORÂNEAS.....	252
63. O tempo dos microsistemas.....	252
64. A criminalidade organizada.....	253
65. A justiça penal universal.....	256
TÍTULO IV. HISTÓRIA DO DIREITO PENAL BRASILEIRO.....	259
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	259
1. Os marcos e os períodos ignorados.....	259

2. Características essenciais de sistemas relevantes	259
A. O Direito Penal germânico	259
B. O Direito Penal visigótico.....	260
C. O Direito Penal islâmico na península ibérica	261
D. O Direito Penal Canônico	262
3. A recuperação dos fragmentos legislativos.....	263
CAPÍTULO II. O PERÍODO COLONIAL (1500-1822)	264
4. As Ordenações Afonsinas.....	264
5. As Ordenações Manuelinas	265
6. As leis extravagantes	265
7. As Ordenações Filipinas.....	265
8. As tendências de reforma	267
CAPÍTULO III. O PERÍODO IMPERIAL (1822-1889)	268
9. A nova ordem jurídica.....	268
10. A legislação do Regente D. Pedro I (1821-1822)	268
11. As Bases da Constituição portuguesa.....	268
12. Princípios para a nova legislação criminal	269
SEÇÃO ÚNICA. O CODIGO CRIMINAL DO IMPÉRIO (1830)	271
13. Os projetos Vasconcellos e Clemente Pereira.....	271
14. A Comissão Mista.....	272
15. A aprovação do projeto definitivo.....	272
16. Um novo tempo para a teoria e a prática	273
17. Fontes de inspiração e reflexão	273
18. O elenco geral das penas.....	274
CAPÍTULO IV. OS PERÍODOS REPUBLICANOS	276
SEÇÃO I. A PRIMEIRA REPÚBLICA (1889-1930)	276
19. O Código Penal de 1890	276
20. O elenco geral das penas	277
21. A influência da Escola Positiva	278
22. Os projetos de reforma.....	278
SEÇÃO II. A SEGUNDA REPÚBLICA (1930-1937)	279
23. A Consolidação das Leis Penais	279
24. A Constituição de 1934.....	279
25. O Projeto de 1935	280
SEÇÃO III. A TERCEIRA REPÚBLICA (1937-1945)	281
26. O golpe de Estado	281
27. O Anteprojeto Alcântara Machado.....	282
28. O Código Penal de 1940	283
29. O elenco geral das penas.....	284
30. O elenco geral das medidas de segurança	285

CAPÍTULO V. AS REFORMAS DO CP de 1940	287
SEÇÃO I. A REFORMA EM DISPOSITIVOS ISOLADOS (DOS ANOS 40 A 60)	287
31. Esclarecimento prévio	287
32. Proibição do <i>sursis</i> para estrangeiros	287
33. Vigilância do liberado condicional	287
34. Ampliação das hipóteses de reabilitação	287
SEÇÃO II. A PROPOSTA DE REFORMA GLOBAL	288
35. O Anteprojeto Hungria	288
36. O Código Penal de 1969	289
37. A reforma do CP de 1969 (Lei 6.016, de 31.12.1973)	292
SEÇÃO III. A REFORMA SETORIAL	293
SUBSEÇÃO ÚNICA. A LEI 6.416, DE 24.05.1977	293
38. As penas privativas de liberdade	293
39. A pena de multa	294
40. A reincidência	295
41. A suspensão condicional da pena	295
42. O livramento condicional	295
43. As penas acessórias	296
44. A verificação de periculosidade	296
45. A presunção de periculosidade	297
46. Extinção da punibilidade (casamento da ofendida com terceiro)	297
47. A prescrição	298
48. Nova hipótese de perdão judicial	298
SEÇÃO IV. A REFORMA DA PARTE GERAL	298
49. As Leis 7.209 e 7.210, de 11.07.1984	298
50. A Lei 9.714, de 25.11.1998	300
SEÇÃO V. A REFORMA PONTUAL DA PARTE GERAL	300
51. Noções gerais	300
52. Dispositivos modificados	300
TÍTULO V. A LEI PENAL	301
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	301
1. Lei ou norma penal?	301
2. Conceitos	301
A. Lei	301
B. Norma	301
3. Classificação das normas	302
4. Conteúdo	302
A. Preceito	302
B. Sanção	303
5. Destinatários	303
SEÇÃO I. LEIS PENAS COMPLETAS	304
6. Noções gerais	304

7. Exemplos.....	304
SEÇÃO II. LEIS PENAIS INCOMPLETAS.....	304
8. Noções gerais	304
9. Exemplos.....	304
SEÇÃO III. LEIS PENAIS EM BRANCO.....	305
10. Noções gerais	305
11. Leis penais em branco e tipos penais abertos.....	306
SEÇÃO IV - LEIS PENAIS DE CONTEÚDO MISTO	307
11-A. Noções gerais.....	307
11-B. Exemplos e efeitos jurídicos	307
CAPÍTULO II. FONTES DO DIREITO PENAL	308
12. Conceito de fonte.....	308
13. Fontes materiais	308
14. Fontes formais.....	308
15. A lei escrita como única fonte do Direito Penal.....	308
16. Outros diplomas normativos.....	309
A. Medida Provisória.....	309
B. Lei Delegada	310
C. Decreto-legislativo.....	310
D. Resolução	311
SEÇÃO I. O COSTUME.....	311
17. Conceito	311
18. Funções	311
19. Proibição em matéria penal.....	312
20. Admissão em matéria penal	312
SEÇÃO II. A ANALOGIA	313
21. Conceito	313
A. Analogia legis	313
B. Analogia iuris	313
22. Função.....	313
23. Proibição em matéria penal.....	314
24. Admissão em matéria penal	314
SEÇÃO III. OS PRINCÍPIOS GERAIS DE DIREITO	315
25. Conceito	315
26. Função.....	315
27. Proibição em matéria penal.....	315
28. Admissão em matéria penal	315
SEÇÃO IV. A JURISPRUDÊNCIA.....	316
29. A missão criadora da jurisprudência.....	316
30. Função.....	317
31. O papel do juiz.....	318
32. Proibição em matéria penal.....	318

33. Admissão em matéria penal	318
34. A retroatividade da jurisprudência mais favorável	319
CAPÍTULO III. NASCIMENTO E EFICÁCIA DA LEI PENAL	320
SEÇÃO I. ETAPAS DO PROCESSO LEGISLATIVO	320
35. Noções gerais	320
36. Anteprojeto de lei	320
37. Projeto de lei	320
38. Veto	321
39. Sanção	321
40. Promulgação	321
SEÇÃO II. A PUBLICAÇÃO DA LEI	322
41. Noções gerais	322
42. Órgãos de publicação	323
43. Republicação	323
A. Incorreção	323
B. Retificação	323
CAPÍTULO IV. O CONHECIMENTO DA LEI PENAL	324
44. O conhecimento presumido	324
45. O conhecimento potencial	324
46. O conhecimento real	325
CAPÍTULO V. A VIGÊNCIA DA LEI PENAL	326
47. <i>Vacatio legis</i>	326
48. Começo de vigência	326
49. Período de vigência	327
50. Irretroatividade e retroatividade da lei	327
A. Irretroatividade da lei mais grave	327
B. Retroatividade da lei mais favorável	327
51. Ultratividade da lei mais favorável	327
SEÇÃO ÚNICA. LEI EXCEPCIONAL OU TEMPORÁRIA	327
52. Conceito	327
53. Exemplos	328
54. Necessidade ou conveniência	328
55. Caráter ultrativo da lei excepcional ou temporária	329
CAPÍTULO VI. A INTERPRETAÇÃO DA LEI PENAL	330
56. Noções gerais	330
57. Necessidade da interpretação	330
58. Interpretação e integração	331
59. A interpretação por analogia	331
60. Interpretação e o princípio <i>in dubio pro reo</i>	332
SEÇÃO I. MEIOS DE INTERPRETAÇÃO	333
61. A Exposição de Motivos	333

62. A Lei de Introdução.....	334
63. A rubrica lateral.....	334
SEÇÃO II. ELEMENTOS DE INTERPRETAÇÃO	334
64. Noções gerais	334
65. O elemento gramatical	335
66. O elemento lógico	335
67. O elemento histórico.....	335
68. O elemento sociológico.....	336
69. O elemento teleológico	337
70. O elemento comparativo.....	337
SEÇÃO III. ÓRGÃOS E SUJEITOS DE INTERPRETAÇÃO	338
71. Poder Legislativo.....	338
72. Poder Executivo	338
A. Decreto	338
B. Regulamento e outros atos normativos	339
73. Poder Judiciário.....	339
A. Órgãos	339
B. Sentença.....	340
C. Decisão interlocutória	340
D. Acórdão	340
E. Súmula.....	340
74. Ministério Público e Advocacia.....	341
75. Juristas.....	341
SEÇÃO IV. ESPÉCIES DE INTERPRETAÇÃO	341
76. Interpretação autêntica.....	341
A. Interpretação autêntica contextual.....	342
B. Interpretação autêntica posterior	342
77. Interpretação doutrinal	343
78. Interpretação judicial	343
SEÇÃO V. RESULTADOS DA INTERPRETAÇÃO	343
79. Noções gerais	343
80. Interpretação declaratória	343
81. Interpretação restritiva	344
82. Interpretação extensiva	344
CAPÍTULO VII. A APLICAÇÃO DA LEI PENAL	346
83. Noções gerais	346
84. Irretroatividade da lei mais grave.....	346
85. Retroatividade da lei mais favorável.....	347
85-A. Retroatividade da lei de conteúdo penal e processual penal	347
86. Ultratividade da lei mais favorável.....	348
87. Competência jurisdicional para aplicação da lei mais favorável.....	348
SEÇÃO I. A LEI PENAL NO TEMPO	349
88. Noções gerais	349

89. O tempo do crime	349
90. Crimes à distância	350
§ 1.º HIPÓTESES DE CONFLITO NA SUCESSÃO DE LEIS PENAIS	350
91. Noções gerais	350
92. A lei nova descriminaliza ou isenta de pena	350
93. A lei nova criminaliza fatos anteriormente impuníveis	351
94. A lei nova agrava a situação do agente	351
95. A lei nova beneficia a situação do agente	352
A. O problema da <i>vacatio legis</i>	353
B. Propostas de solução	353
§ 2.º A INCIDÊNCIA DA LEI INTERMEDIÁRIA	354
96. Conceito e funções	354
§ 3.º A APURAÇÃO DE MAIOR BENIGNIDADE	354
97. Noções gerais	354
A. Exemplos da doutrina	354
B. Exemplos da jurisprudência	355
98. O mito da “terceira lei”	356
99. A combinação de leis sucessivas	357
A. A doutrina	357
B. A jurisprudência	359
C. O endereço da solução	361
SEÇÃO II. A LEI PENAL NO ESPAÇO	362
100. Noções gerais	362
101. O lugar do crime	362
§ 1.º PRINCÍPIOS APLICÁVEIS	363
102. Territorialidade	363
A. Compreensão do princípio	363
B. Conceito de território	363
103. Extraterritorialidade	364
A. Compreensão do princípio	364
B. Princípio da nacionalidade (personalidade)	364
C. Princípio da defesa	365
D. Princípio da representação	365
E. Princípio da justiça penal universal	366
F. Princípios adotados pelo CP	366
§ 2.º A EXTRADIÇÃO	366
104. Conceito	366
105. Legislação reguladora	367
106. Requisitos e condições	367
§ 3.º PENA CUMPRIDA NO ESTRANGEIRO	368
107. Noções gerais	368
108. Consequências	368

§ 4.º EFICÁCIA DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	368
109. Noções gerais	368
110. Requisitos para a homologação	368
SEÇÃO III. A LEI PENAL E AS PRERROGATIVAS FUNCIONAIS	369
111. Prerrogativa ou privilégio?	369
112. Imunidades parlamentares	369
A. Imunidade absoluta	369
B. Imunidade relativa	371
C. Destinatários das imunidades	371
113. Imunidades diplomáticas	371
114. Chefe de Governo	372
115. Prerrogativas processuais	372
SEÇÃO IV. O CONCURSO APARENTE DE NORMAS PENAIS	372
116. Noções gerais	372
117. Tratamento sistemático	373
118. Precisão terminológica	373
119. Ausência de previsão legal	373
PARÁGRAFO ÚNICO. CRITÉRIOS PARA RESOLVER O CONFLITO	374
120. Critério da especialidade	374
121. Critério da consunção	374
A. Progressão criminosa	374
B. Delito progressivo	375
C. Fato anterior impunível	375
D. Fato posterior impunível	375
122. Critério da subsidiariedade	375
A. Subsidiariedade expressa	376
B. Subsidiariedade tácita	376
123. Critério da alternatividade	376
A. Tipo misto alternativo	376
B. Tipo “misto cumulativo”	377
SEÇÃO V. CONTAGEM DOS PRAZOS	377
124. Noções gerais	377
125. Contagem de dias, meses e anos	377
A. Prazos de prescrição e decadência	378
B. Prazos penais previstos em leis especiais	378
C. Inaplicabilidade das Leis 810/49 e 1.408/51	378
126. Frações de dia e frações de real	378
CAPÍTULO VIII. A REVOGAÇÃO DA LEI PENAL	379
127. Noções gerais	379
128. Repristinação	379
SEÇÃO I. ESPÉCIES DE REVOGAÇÃO	380
129. Ab-rogação	380

130. Derrogação	380
SEÇÃO II. FORMAS DE REVOGAÇÃO	380
131. Expressa	380
132. Tácita.....	381
TÍTULO VI. A CONDUTA PUNÍVEL.....	383
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	383
1. Classificação das infrações penais.....	383
2. Diferença entre crime e contravenção.....	383
3. Os vários conceitos de crime.....	384
A. Conceito analítico	385
B. Conceito formal.....	385
C. Conceito jurídico-legal.....	385
D. Conceito material	385
E. Conceito natural.....	386
F. Conceito radical	386
G. Conceito sociológico	386
4. O conceito dominante.....	386
CAPÍTULO II. A CONDUTA	388
SEÇÃO I. INTRODUÇÃO	388
5. O ilícito penal como fato humano	388
6. Momentos da conduta: o <i>iter criminis</i>	388
7. A incapacidade criminal da pessoa jurídica	388
SEÇÃO II. AÇÃO E OMISSÃO.....	391
8. Conceito de ação	391
9. Elementos da ação.....	391
10. Conceito de omissão	392
11. Elementos da omissão.....	392
12. Relevância da omissão.....	393
§ 1.º TEORIAS SOBRE A AÇÃO	394
13. Teoria causal-naturalista.....	394
14. Teoria sintomática	395
15. Teoria social.....	395
16. Teoria finalista	396
§ 2.º TEORIAS SOBRE A OMISSÃO.....	397
17. Noções gerais	397
18. Teoria normativa	398
19. Teoria finalista.....	398
CAPÍTULO III. A TIPICIDADE	399
20. Conceitos de tipo e tipicidade.....	399
21. A tipicidade conglobante.....	399
22. Classificação dos tipos	400

A. Tipos penais fechados.....	400
B. Tipos penais abertos.....	401
C. Tipos fundamentais (básicos).....	401
D. Tipos derivados (atenuados ou agravados)	401
SEÇÃO I. O TIPO OBJETIVO	401
23. Elementos descritivos.....	401
24. Elementos normativos.....	401
A. Erro de tipo	402
25. Elementos subjetivos.....	403
SEÇÃO II. O TIPO SUBJETIVO	403
26. O dolo	403
27. A culpa	404
A. Culpa inconsciente.....	405
B. Culpa consciente	405
28. A preterintencionalidade.....	405
CAPÍTULO IV. A RELAÇÃO DE CAUSALIDADE FÍSICA	406
29. Noções gerais	406
30. Causa.....	406
31. Condição	406
32. Concausa.....	407
33. Teorias sobre a relação de causalidade física	408
A. Noções gerais.....	408
B. Teoria da totalidade das condições.....	408
C. Teoria da equivalência dos antecedentes (conditio sine qua non)	409
D. Teoria da causalidade adequada	409
E. Teoria da predominância	410
F. Teoria da relevância jurídica.....	410
G. A doutrina da imputação objetiva	410
H. Causalidade e imputação objetiva	411
34. Causas independentes.....	412
A. Causa absolutamente independente.....	412
B. Causa relativamente independente.....	413
35. Resultado (evento)	413
36. O dano ou o perigo de dano.....	414
§ 1.º DANO (LESÃO)	414
37. Conceito.....	414
38. Espécies.....	414
A. Dano efetivo	414
B. Dano potencial	415
§ 2.º PERIGO	415
39. Conceito.....	415
40. Espécies.....	415
A. Perigo efetivo	415

B. Perigo presumido	415
C. Perigo abstrato.....	416
CAPÍTULO V. CONSUMAÇÃO E TENTATIVA	417
SEÇÃO I. O ITINERÁRIO DO CRIME DOLOSO	417
41. Noções gerais	417
42. A cogitação.....	417
43. Os atos preparatórios	417
44. O início de execução.....	418
45. A consumação	418
SEÇÃO II. O CRIME CONSUMADO	419
46. Conceito	419
47. Elementos.....	419
48. Momento da consumação	419
49. O crime exaurido	419
SEÇÃO III. O CRIME TENTADO.....	420
50. Conceito	420
51. Elementos.....	420
52. Punibilidade	420
53. Crimes que não admitem a tentativa.....	421
54. O crime impossível.....	421
A. Meio absolutamente inidôneo	422
B. Objeto absolutamente impróprio	423
SEÇÃO IV. A DESISTÊNCIA VOLUNTÁRIA.....	423
55. Conceito	423
56. Voluntariedade	424
57. Natureza jurídica.....	424
SEÇÃO V. O ARREPENDIMENTO EFICAZ.....	424
58. Conceito	424
59. Voluntariedade	425
60. Arrependimento posterior.....	425
CAPÍTULO VI. A ILICITUDE.....	426
61. Precisão terminológica	426
62. Concepção unitária de ilicitude	426
63. Ilicitude penal e ilicitude extrapenal.....	426
64. Conceito	427
65. Elementos.....	427
66. Causas de exclusão de ilicitude.....	427
CAPÍTULO VII. A CULPABILIDADE	428
67. Conceito	428
68. A culpabilidade como elemento da pena	428
69. A culpabilidade como fundamento da pena.....	433

70. A culpabilidade como base para a escolha da pena.....	433
71. A culpabilidade como base para fixar os limites da pena.....	433
72. A culpabilidade como base para fixar o regime inicial do cumprimento da pena privativa de liberdade.....	434
73. A culpabilidade como base para a substituição de pena.....	434
SEÇÃO I. TEORIAS.....	435
74. Culpabilidade pelo caráter.....	435
75. Culpabilidade pela formação da personalidade.....	435
A. Noções gerais.....	435
B. O criminoso por tendência.....	436
76. Culpabilidade pela conduta de vida.....	436
A. Noções gerais.....	436
B. O criminoso habitual.....	437
77. Culpabilidade pelo fato determinado.....	437
SEÇÃO II. CONCEPÇÕES.....	438
78. Noções gerais.....	438
79. Concepção psicológica.....	438
80. Concepção normativa.....	438
81. Concepção psicológico-normativa.....	439
82. A concepção adotada pelo CP e o erro de proibição.....	439
SEÇÃO III. PRESSUPOSTOS.....	441
83. A imputabilidade.....	441
84. A consciência da ilicitude.....	442
A. Noções gerais.....	442
B. Consciência potencial.....	442
C. Consciência real.....	442
D. A actio libera in causa.....	443
85. A exigibilidade de conduta diversa.....	443
CAPÍTULO VIII. A AUTORIA.....	445
86. Conceito de autor.....	445
A. Autoria imediata.....	445
B. Autoria mediata.....	445
87. Autoria colateral.....	445
88. Autoria incerta.....	445
89. Autoria sucessiva.....	446
CAPÍTULO IX. O CONCURSO DE PESSOAS.....	447
90. O crime como fato individual.....	447
91. O crime como fato coletivo.....	447
SEÇÃO I. ESPÉCIES DE CONCURSO.....	447
92. O concurso eventual.....	447
93. O concurso necessário.....	447
A. Condutas paralelas.....	448

B. Condutas convergentes	448
C. Condutas contrapostas	448
SEÇÃO II. ELEMENTOS DO CONCURSO	448
94. Pluralidade de condutas culpáveis	448
95. A relação de causalidade física	448
96. A homogeneidade do elemento subjetivo	449
97. A convivência	449
SEÇÃO III. MOMENTOS DO CONCURSO	450
98. Durante o itinerário do crime	450
99. Atividade ilícita posterior à consumação	450
100. A participação nos crimes permanentes	451
SEÇÃO IV. TIPOS DE CONCURSO	451
101. Noções gerais	451
§ 1.º A PARTICIPAÇÃO	451
102. Conceito de partícipe	451
103. Formas de participação	451
A. Instigação	451
B. Induzimento	452
C. Cumplicidade	453
104. Graus de participação	453
A. Participação de menor importância	453
B. Vontade de participar de crime menos grave	454
105. Inexistência de participação no fato culposos	454
106. “Participação” subjetivamente distinta	454
§ 2.º A COAUTORIA	455
107. Conceito	455
108. Crime societário	455
109. Formas	457
A. Coautoria eventual	457
B. Coautoria necessária	458
110. Crimes que não admitem a coautoria	458
111. Coautoria em crime culposos	459
SEÇÃO V. A MULTIDÃO CRIMINOSA	459
112. Noções gerais	459
113. O problema da punibilidade	459
CAPÍTULO X. AS MODALIDADES DE CRIMES	460
SEÇÃO I. INTRODUÇÃO	460
114. Importância da classificação	460
115. Critérios de classificação	460
SEÇÃO II. AS VÁRIAS MODALIDADES	460
116. Crime aberrante	460
117. Crime à distância	460

118. Crime ambiental.....	461
119. Crime acessório.....	461
120. Crime bilateral.....	461
121. Crime coletivo.....	461
122. Crime comissivo.....	461
123. Crime comissivo por omissão.....	461
124. Crime complexo.....	462
125. Crime comum.....	462
126. Crime conexo.....	462
127. Crime consumado.....	462
128. Crime continuado.....	462
129. Crime contra a ordem política e social.....	463
130. Crime contra a segurança nacional.....	463
131. Crime contra o ambiente.....	463
132. Crime contra o meio ambiente.....	463
133. Crime culposo.....	464
134. Crime da mesma natureza.....	464
135. Crime de circulação.....	464
136. Crime de concurso necessário.....	464
137. Crime de consumação antecipada.....	465
138. Crime de conteúdo variado.....	465
139. Crime de ensaio.....	465
140. Crime de forma livre.....	465
141. Crime de forma vinculada.....	465
142. Crime de dano.....	466
143. Crime de encontro.....	466
144. Crime de imprensa.....	466
145. Crime de mão própria.....	466
145-A. Crime de menor potencial ofensivo.....	466
146. Crime de ocasião.....	466
147. Crime de opinião.....	467
148. Crime de perigo.....	467
149. Crime de responsabilidade.....	467
150. Crime de trânsito.....	467
151. Crime doloso.....	467
152. Crime ecológico.....	468
153. Crime eleitoral.....	468
154. Crime especial.....	469
155. Crime exaurido.....	469
156. Crime formal.....	469
157. Crime funcional.....	470
158. Crime habitual.....	470

159. Crime hediondo	470
160. Crime impossível	471
161. Crime instantâneo	471
162. Crime instantâneo de efeito permanente	471
163. Crime material	471
164. Crime militar	472
164-A. Crime monossubjetivo	472
165. Crime omissivo	472
166. Crime omissivo por comissão	473
167. Crime organizado	473
168. Crime passionai	473
169. Crime permanente	474
170. Crime pluri ofensivo	474
171. Crime plurissubjetivo	474
172. Crime plurissubsistente	474
173. Crime político	474
174. Crime por tendência	475
175. Crime preterdoloso	475
176. Crime preterintencional	475
177. Crime principal	475
178. Crime privilegiado	475
179. Crime progressivo	476
180. Crime próprio	476
181. Crime putativo	476
182. Crime qualificado	476
183. Crime qualificado pelo resultado	476
184. Crime simples	477
185. Crime social	477
186. Crime societário	477
187. Crime tentado	477
188. Crime unilateral	477
189. Crime unissubsistente	477
190. Infração penal de menor potencial ofensivo	477
TÍTULO VII. A EXCLUSÃO DE ILICITUDE	479
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	479
1. Ilcitude ou antijuridicidade?	479
2. Cláusulas de garantia social e individual	479
3. Discriminantes putativas	479
4. O elemento subjetivo nas causas de exclusão de ilcitude	480
CAPÍTULO II. CAUSAS LEGAIS DE JUSTIFICAÇÃO	484
5. Noções gerais	484
SEÇÃO I. O ESTADO DE NECESSIDADE	484

6. Conceito	484
7. Requisitos	484
A. A situação de perigo	484
B. A atualidade do perigo	485
C. A involuntariedade na provocação do perigo	485
D. A inevitabilidade da situação de perigo	485
E. A defesa de um direito	485
F. Balanceamento dos bens em conflito	486
G. Colisão de deveres	486
H. A inexigibilidade do sacrifício	486
I. Hipóteses correntes	486
J. Concurso de pessoas	487
K. Estado de necessidade putativo	487
8. A teoria diferenciadora	487
9. Estados de necessidade defensivo e agressivo	488
10. O dever de enfrentar o perigo	488
11. Estado de necessidade no Direito Civil	488
SEÇÃO II. A LEGÍTIMA DEFESA	489
12. Conceito	489
13. Requisitos	489
A. Uma agressão injusta	489
B. Atualidade ou iminência da agressão	489
C. Defesa de um direito	489
D. Meios necessários para a reação	489
E. Uso moderado dos meios	490
14. A controvérsia sobre a ausência de provocação do ofendido	490
15. A chamada legítima defesa putativa	490
16. A legítima defesa no Direito Civil	490
SEÇÃO III. O ESTRITO CUMPRIMENTO DO DEVER LEGAL	490
17. Conceito	490
18. Requisitos	491
19. O abuso de autoridade	491
20. O descumprimento de ordem ilegal	492
SEÇÃO IV. O EXERCÍCIO REGULAR DE DIREITO	492
21. Conceito	492
22. Requisitos	492
23. O exercício regular de direito no Direito Civil	492
SEÇÃO V. O CUMPRIMENTO DE UM MANDATO	493
24. Noções gerais	493
25. A imunidade parlamentar	493
26. A imunidade profissional	494
CAPÍTULO III. O EXCESSO NAS CAUSAS DE JUSTIFICAÇÃO	496
27. Noções gerais	496

28. O excesso doloso.....	496
29. O excesso culposo.....	496
30. Impunidade do excesso.....	497
CAPÍTULO IV. A JUSTIFICAÇÃO NOS TIPOS CULPOSOS.....	498
31. Noções gerais.....	498
32. A legítima defesa.....	498
33. O estado de necessidade.....	498
34. O consentimento do ofendido.....	498
CAPÍTULO V. CAUSAS SUPRALEGAIS DE JUSTIFICAÇÃO.....	500
35. Noções gerais.....	500
36. O consentimento do ofendido.....	500
37. O risco permitido.....	501
38. As normas de cultura.....	502
TÍTULO VIII. A ISENÇÃO DE PENA.....	503
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO.....	503
1. Noções gerais.....	503
2. Exclusão de culpabilidade e isenção de pena.....	504
3. Escusa absolutória.....	504
CAPÍTULO II. A INIMPUTABILIDADE.....	505
4. Noções gerais.....	505
A. O critério biológico.....	505
B. O critério psicológico.....	505
C. O critério biopsicológico.....	506
SEÇÃO I. MENORIDADE.....	506
5. A garantia constitucional.....	506
6. As garantias legais.....	507
A. O Código Penal.....	507
B. O Código de Processo Penal.....	507
C. O Estatuto da Criança e do Adolescente.....	507
7. Presunção absoluta de inimputabilidade.....	507
8. Causas de exclusão da ilicitude.....	508
9. Ato infracional ou crime?.....	508
10. Medidas aplicáveis às crianças.....	509
11. Medidas aplicáveis aos adolescentes.....	509
12. Um direito de proteção do menor.....	509
SEÇÃO II. DOENÇA MENTAL OU DESENVOLVIMENTO INCOMPLETO OU RETARDADO.....	511
13. Conceito amplo.....	511
14. Os chamados “loucos de todo gênero”.....	511
15. A privação dos sentidos e da inteligência.....	512
16. A perturbação dos sentidos e da inteligência.....	512
17. A grave alteração de consciência.....	512

18. O conceito restrito.....	512
19. O sistema vigente	513
A. A emoção	513
B. A paixão.....	513
CAPÍTULO III. A IMPUTABILIDADE DIMINUÍDA.....	514
20. A semi-imputabilidade.....	514
21. A surdo-mudez	514
22. A epilepsia.....	515
23. O indigena.....	515
CAPÍTULO IV. A EMBRIAGUEZ	518
24. Conceito	518
§ 1.º TIPOS DE EMBRIAGUEZ	518
25. Embriaguez preordenada	518
26. Embriaguez voluntária.....	518
27. Embriaguez culposa	519
28. Embriaguez proveniente de caso fortuito	519
29. Embriaguez proveniente de força maior	519
30. Outras modalidades	519
31. A embriaguez ao volante	519
§ 2.º A EMBRIAGUEZ E A CULPABILIDADE.....	520
32. A regra geral.....	520
§ 3.º HIPÓTESES DE EXCLUSÃO DA CULPABILIDADE.....	520
33. Caso fortuito e força maior	520
CAPÍTULO V. INEXIGIBILIDADE DE CONDUTA DIVERSA.....	521
34. Noções gerais	521
35. Hipóteses legais.....	521
A. A coação moral irresistível	522
B. O estado de necessidade exculpante	522
C. A obediência hierárquica	522
36. Causas supraleais	523
A. A cláusula de consciência.....	523
B. A provocação da situação da legítima defesa.....	524
C. A desobediência civil.....	524
D. O conflito de deveres.....	525
TÍTULO IX. VISÃO GERAL DA PENA	527
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	527
1. Conceito	527
2. Fundamento.....	527
3. Fins.....	527
A. Prevenção geral.....	528
B. Prevenção especial.....	528

4. A pena como processo de diálogo	528
5. A incapacidade penal da pessoa jurídica	529
SEÇÃO ÚNICA. ETAPAS DO DINAMISMO PENAL	531
6. Cominação	531
7. Aplicação	532
8. Execução	532
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS FUNDAMENTAIS	533
9. Noções gerais	533
10. O princípio de humanidade	533
A. Direitos Humanos	534
B. Uma Teoria Geral dos Direitos Humanos	535
11. O princípio da anterioridade da lei penal	536
12. O princípio da personalidade	536
13. O princípio da individualização	536
14. O princípio da proporcionalidade	537
15. O princípio da necessidade	538
16. O princípio da suficiência	538
17. O princípio da utilidade	538
CAPÍTULO III. CLASSIFICAÇÃO DAS PENAS	540
18. Antiga classificação	540
19. Penas institucionais e penas alternativas	541
20. Penas alternativas e penas restritivas de direitos	541
21. A revolução das penas alternativas	541
22. Espécies de penas alternativas	543
CAPÍTULO IV. PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	545
23. Noções gerais	545
24. Tendências de unificação	545
A. Movimentos internacionais	546
B. Propostas nacionais	546
25. A manutenção do sistema dualista	546
SEÇÃO ÚNICA. ESPÉCIES DE PENA PRIVATIVA DE LIBERDADE	547
26. Reclusão	547
A. Conceito	547
B. Características	547
27. Detenção	547
A. Conceito	547
B. Características	547
28. Prisão simples	548
A. Conceito	548
B. Características	548
CAPÍTULO V. PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	549
29. Noções gerais	549

30. Conceito	549
31. Introdução legislativa	549
32. O regime anterior	550
33. Caráter exaustivo da previsão	550
34. Autonomia	551
35. Função substitutiva e contradição legislativa	551
36. Condições de aplicação	552
A. O problema da reincidência	552
B. A concessão do benefício ao reincidente	553
C. A concessão do benefício nos crimes de violência e ameaça	553
37. Conversão	554
A. Conceito	554
B. Hipóteses	554
B.1. Descumprimento da restrição	554
B.2. Condenação à pena privativa de liberdade	555
38. Detração	555
SEÇÃO I. ESPÉCIES DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	556
39. Prestação pecuniária	556
A. Noções gerais	556
B. Conceito	556
C. Prestação pecuniária e multa reparatória	557
D. Multa reparatória e multa penitenciária	557
E. Limites	557
40. Perda de bens e valores	558
A. Noções gerais	558
B. Conceito	558
C. Perda de bens e valores e o confisco	558
D. A constitucionalidade da previsão	559
E. Caráter compensatório	559
F. Limites	560
G. O Fundo Penitenciário Nacional	560
41. Prestação de serviços à comunidade ou a entidades públicas	560
A. Conceito	560
B. Aplicação	561
C. A experiência estrangeira	561
D. A experiência brasileira	563
E. Duração	564
F. O sentido utilitário da pena: um exemplo notável	564
42. Interdição temporária de direitos	565
A. Conceito	565
B. Espécies	566
B.1. Proibição do exercício de cargo, função ou atividade pública, bem como de mandato eletivo (CP, art. 47, I)	566
B.2. Proibição do exercício de profissão, atividade ou ofício que dependam de habilitação especial, de licença ou autorização do poder público (CP, art. 47, II) ...	566

B.3. Suspensão de autorização ou de habilitação para dirigir veículo (CP, art. 47, III)...	567
B.4. Proibição de frequentar determinados lugares (CP, art. 47, IV).....	567
C. Duração	569
43. Limitação de fim de semana.....	569
A. Conceito	569
B. Duração	570
44. Recolhimento domiciliar.....	570
A. Conceito	570
B. Duração	570
C. A ineficácia dessa pena.....	570
SEÇÃO II. AVALIAÇÃO CRÍTICA.....	571
45. Uma visão positiva	571
46. Uma visão cética.....	572
CAPÍTULO VI. PENAS PECUNIÁRIAS.....	574
47. Noções gerais	574
48. Conceito de multa.....	575
49. Características.....	575
50. A multa penitenciária.....	575
51. A multa reparatória	576
CAPÍTULO VII. MEDIDAS CAUTELARES COM EFEITOS PENAIIS.....	578
52. Noções gerais	578
53. Medidas cautelares e meios de prova.....	578
54. Classificação	578
§ 1.º MEDIDAS PESSOAIS	579
55. A prisão provisória	579
A. A prisão em flagrante.....	579
B. A prisão temporária.....	580
C. A prisão preventiva.....	580
D. A prisão domiciliar.....	581
E. A prisão após a pronúncia	581
F. A prisão para apelar.....	582
56. Medidas cautelares pessoais diversas da prisão.....	582
§ 2.º MEDIDAS PATRIMONIAIS.....	583
57. A busca e apreensão	583
58. O arresto.....	583
59. A hipoteca legal.....	584
60. A indisponibilidade de bens.....	584
§ 3.º MEDIDAS DE NATUREZA MISTA	584
61. Afastamento do cargo ou emprego.....	584
62. Suspensão da permissão ou da habilitação para dirigir.....	585
§ 4.º MEDIDAS DE <i>LEGE FERENDA</i>	585
63. Anteprojeto de reforma setorial do CPP	585

64. O Projeto 156, de 2009	585
TÍTULO X. A COMINAÇÃO DA PENA	587
CAPÍTULO I. A PREVISÃO CONSTITUCIONAL	587
1. Noções gerais	587
2. Elenco não exaustivo	587
SEÇÃO I. PENAS ADMITIDAS	588
3. A privação da liberdade	588
4. A restrição da liberdade	588
5. A prestação pecuniária	588
6. A perda de bens	589
7. A multa penitenciária	589
8. A multa reparatória	590
9. A prestação social alternativa	591
10. A suspensão de direitos	591
11. As interdições de direitos	591
SEÇÃO II. PENAS PROIBIDAS	592
12. Morte	592
13. De caráter perpétuo	593
14. Trabalhos forçados	593
15. Banimento	594
16. Degredo	594
17. Desterro	594
18. Exílio	595
19. Cruéis	595
SEÇÃO III. PENAS TOLERADAS	595
20. Sanções penais indígenas	595
CAPÍTULO II. A PREVISÃO LEGAL	599
21. Noções gerais	599
SEÇÃO I. CÓDIGO PENAL	599
22. Penas privativas de liberdade	599
23. Penas restritivas de direitos	599
24. Penas de interdição pela violação do dever	600
25. Pena de multa	601
SEÇÃO II. LEI DAS CONTRAVENÇÕES PENAIS	602
26. Prisão simples	602
27. Multa	602
28. Extinção das penas acessórias	602
SEÇÃO III. OUTRAS LEIS ESPECIAIS	602
29. Noções gerais	602
30. Crimes de responsabilidade (I)	602
31. Crimes de responsabilidade (II)	603

32. Crimes de responsabilidade (III).....	603
33. Crimes de responsabilidade (IV).....	603
34. Crimes de violação de telecomunicação	604
35. Crimes militares	604
36. Crimes de sonegação fiscal.....	604
37. Crimes eleitorais	604
38. Crimes de imprensa	605
39. Sanções penais da cultura indígena.....	605
40. Crimes políticos	606
41. Crimes relacionados à criança e ao adolescente.....	606
42. Crimes contra o consumidor	606
43. Crimes relacionados à improbidade administrativa	607
44. Crimes de trânsito.....	607
45. Crimes contra o meio ambiente	608
46. Crimes de violência doméstica e familiar contra a mulher.....	609
47. Crimes relacionados a drogas.....	609
TÍTULO XI. A APLICAÇÃO DA PENA.....	611
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	611
1. A importância da atividade judicial	611
2. A aplicação da pena e o devido processo legal.....	611
3. A aplicação da pena no processo litigioso	611
4. A aplicação da pena no procedimento consensual.....	612
5. A discussão sobre a constitucionalidade dessa operação	612
CAPÍTULO II. A MEDIDA CONCRETA DA PENA.....	614
6. Necessidade e suficiência da pena.....	614
7. A fundamentação da medida da pena	614
8. A individualização da pena	614
SEÇÃO I. A INDIVIDUALIZAÇÃO LEGAL	614
9. Noções gerais	614
10. Concurso de circunstâncias	615
SEÇÃO II. A INDIVIDUALIZAÇÃO JUDICIAL.....	615
11. Noções gerais	615
12. O estabelecimento da pena-base	615
13. Os limites do tipo fundamental.....	616
§ 1.º FIXAÇÃO ABAIXO DO LIMITE MÍNIMO.....	616
14. Impossibilidade	616
15. Possibilidade	617
§ 2.º FIXAÇÃO ACIMA DO LIMITE MÁXIMO	618
16. Impossibilidade	618
17. Possibilidade	618

CAPÍTULO III. CIRCUNSTÂNCIAS MODIFICADORAS DA PENA.....	619
18. Noções gerais	619
SEÇÃO I. CIRCUNSTÂNCIAS AGRAVANTES	619
19. “Non bis in idem”	619
§ 1.º CIRCUNSTÂNCIAS CONSTITUTIVAS DO CRIME	619
20. Conceito	619
21. Espécies.....	620
§ 2.º CIRCUNSTÂNCIAS QUALIFICADORAS DO CRIME	620
22. Conceito	620
23. Espécies.....	620
§ 3.º CARACTERÍSTICAS DAS AGRAVANTES.....	621
24. Caráter exaustivo das hipóteses legais	621
25. Caráter obrigatório de aplicação	621
26. Inaplicabilidade nos crimes culposos.....	621
§ 4.º CLASSIFICAÇÃO DAS AGRAVANTES.....	621
27. Circunstâncias de caráter pessoal ou subjetivas.....	621
28. Circunstâncias de caráter objetivo	621
§ 5.º RELAÇÃO DAS AGRAVANTES.....	622
29. A reincidência	622
29-A. Efeitos da reincidência.....	623
29-B. Inconstitucionalidade da reincidência	624
30. Demais hipóteses.....	625
A. Por motivo fútil ou torpe.....	625
B. Para facilitar ou assegurar a execução, a ocultação, a impunidade ou a vantagem de outro crime	626
C. À traição, de emboscada ou mediante dissimulação, ou outro recurso que dificultou ou tornou impossível a defesa do ofendido	626
D. Com emprego de veneno, fogo, explosivo, tortura ou outro meio insidioso ou cruel, ou de que podia resultar perigo comum	626
E. Contra ascendente, descendente, irmão ou cônjuge.....	627
F. Com abuso de autoridade ou prevalecendo-se de relações domésticas, de coabitação ou de hospitalidade, ou de violência contra a mulher na forma da lei específica ...	627
G. Com abuso de poder ou violação de dever inerente a cargo, ofício, ministério ou profissão	627
H. Contra criança, pessoa maior de 60 anos, enfermo ou mulher grávida	628
I. Quando o ofendido estava sob a imediata proteção da autoridade	629
J. Em ocasião de incêndio, naufrágio, inundação ou qualquer calamidade pública, ou de desgraça particular do ofendido	629
K. Em estado de embriaguez preordenada.....	630
L. Agravantes em leis especiais.....	630
§ 6.º AGRAVANTES NO CASO DE CONCURSO DE PESSOAS	630
31. Justificação	630
32. Hipóteses.....	631

A. A liderança intelectual.....	631
B. A coação e o induzimento	631
C. A instigação e a determinação	631
D. O interesse de obter vantagem	632
SEÇÃO II. CIRCUNSTÂNCIAS ATENUANTES.....	632
33. Obrigatoriedade.....	632
34. Relação	632
A. A idade inferior a vinte e um anos	632
B. A idade superior a setenta anos	633
C. O desconhecimento da lei	634
D. O relevante valor social da conduta	634
E. O relevante valor moral da conduta	635
F. A tentativa de evitar ou minorar as consequências do crime	635
G. A reparação do dano antes do julgamento	635
H. A coação resistível	635
I. O cumprimento de ordem de autoridade superior.....	635
J. A influência de violenta emoção provocada por ato injusto da vítima	636
K. A confissão espontânea da autoria do crime	636
L. A prática do crime sob a influência de multidão em tumulto	637
35. Atenuante de causa atípica.....	638
SEÇÃO III. CAUSAS DE ESPECIAL AUMENTO OU DIMINUIÇÃO DA PENA.....	638
36. Conceito	638
37. Exemplos.....	639
A. Causas de especial aumento de pena previstas no Código Penal.....	639
B. Causas de especial aumento de pena previstas em leis especiais	639
C. Causas de especial diminuição de pena previstas no Código Penal.....	639
D. Causas de especial diminuição de pena previstas em leis especiais	639
SEÇÃO IV. CONCURSO DE CAUSAS MODIFICADORAS DA PENA	639
38. Noções gerais	639
39. Espécies	640
A. Concurso de circunstâncias agravantes e atenuantes.....	640
B. Concurso de causas de especial aumento ou diminuição da pena.....	640
CAPÍTULO IV. O CONCURSO DE INFRAÇÕES	642
40. Noções gerais	642
41. Concurso de infrações e culpabilidade	642
SEÇÃO I. O CONCURSO MATERIAL	642
42. Conceito	642
43. Concurso material e reincidência.....	643
44. Aplicação cumulativa	643
SEÇÃO II. O CONCURSO FORMAL	643
45. Conceito	643
46. Concurso homogêneo e concurso heterogêneo	644

47. Concurso próprio e concurso impróprio	644
48. Punibilidade do concurso	644
SEÇÃO III. O CRIME CONTINUADO	644
49. Referência histórica	644
50. Conceito	645
51. Aumento especial de pena	645
52. Aspectos particulares quanto ao crime continuado	646
A. Crime e contravenção	646
B. Crimes dolosos e crimes culposos	646
C. Crimes simples e crimes qualificados	646
D. Formas qualificadas diversas	646
E. Crimes consumados e crimes tentados	647
F. Pluralidade de vítimas	647
G. Roubos diferentes	647
H. Roubo e furto	647
I. Latrocínio e roubo	647
J. Roubo e sequestro	647
K. Roubo e extorsão	647
L. Calúnia e difamação	648
M. Peculato e falsidade de documento	648
N. O elemento subjetivo	648
O. A suspensão do processo	648
53. Crime continuado e reiteração criminosa	648
CAPÍTULO V. O CÁLCULO DA PENA	649
54. A operação trifásica	649
55. A pena-base	649
56. Frações não computáveis na pena	650
CAPÍTULO VI. APLICAÇÃO DA PENA RESTRITIVA DE DIREITOS	651
57. Noções gerais	651
58. Substituição	651
59. Individualização	651
CAPÍTULO VII. APLICAÇÃO DA PENA DE MULTA	652
60. Noções gerais	652
61. Substituição	652
A. Substituição simples	652
B. Substituição cumulada	652
62. Individualização	653
63. Concurso de crimes	653
CAPÍTULO VIII. OS LIMITES DE APLICAÇÃO DA PENA	655
64. Os limites das penas privativas de liberdade	655
65. Os limites das penas restritivas de direito	655
66. Os limites da pena de multa	655

TÍTULO XII. A EXECUÇÃO DA PENA	657
CAPÍTULO I. O DIREITO DE EXECUÇÃO PENAL	657
1. Conceito	657
2. Denominação da disciplina	657
3. Referência histórica	658
4. Autonomia	658
5. Natureza jurídica	658
6. Princípios fundamentais	658
7. Sujeitos passivos da execução penal	659
A. Preso provisório	659
B. Condenado	659
C. Internado	659
D. Egresso	659
8. Órgãos da execução penal	660
CAPÍTULO II. OS EFEITOS DA CONDENAÇÃO	661
9. Noções gerais	661
10. Localização sistemática do instituto	661
11. Efeitos penais	661
12. Efeitos processuais	662
13. Efeitos civis e comerciais	662
14. Efeitos administrativos	663
15. Outros efeitos	664
16. O trânsito em julgado da condenação	664
CAPÍTULO III. EXECUÇÃO DAS PENAS PRIVATIVAS DE LIBERDADE	665
SEÇÃO I. A INDIVIDUALIZAÇÃO EXECUTIVA	665
17. Noções gerais	665
18. A classificação dos condenados	665
19. O exame criminológico	665
SEÇÃO II. OS REGIMES DE EXECUÇÃO	666
20. Noções gerais	666
21. Conceito	666
22. Espécies	666
A. Regime comum	666
B. Regime especial para a mulher	667
C. Regime especial para o índio	667
D. Regime especial para o idoso	667
23. Forma progressiva da execução	668
A. Progressão no regime e individualização da pena	669
B. A inconstitucionalidade da regra proibitiva da progressão	669
24. Transferência, progressão, regressão e conversão	670
§ 1.º REGRAS DO REGIME FECHADO	671
25. Noções gerais	671

26. Conceito	671
27. Características	671
§ 2.º REGRAS DO REGIME SEMIABERTO	671
28. Noções gerais	671
29. Conceito	672
30. Inexistência de estabelecimento ou falta de vaga	672
§ 3.º REGRAS DO REGIME ABERTO	673
31. Noções gerais	673
32. Conceito	673
33. Inexistência de estabelecimento ou falta de vaga	674
SEÇÃO III. ESTABELECIMENTOS PENAIS	674
34. Noções gerais	674
A. Conceito	675
B. A arquitetura prisional	675
C. A histórica “falta de verbas”	676
35. Regras mínimas da arquitetura prisional	677
36. Natureza e finalidade	677
37. Espécies de estabelecimentos	678
§ 1.º A PENITENCIÁRIA	678
38. Noções gerais	678
39. Penitenciária para mulheres e para homens	678
§ 2.º A COLÔNIA AGRÍCOLA, INDUSTRIAL OU SIMILAR	679
40. Noções gerais	679
41. Características	679
§ 3.º A CASA DO ALBERGADO	679
42. Noções gerais	679
43. Características	679
§ 4.º O CENTRO DE OBSERVAÇÃO	680
44. Noções gerais	680
45. Características	680
§ 5.º O HOSPITAL DE CUSTÓDIA E TRATAMENTO PSIQUIÁTRICO	680
46. Noções gerais	680
47. Requisitos, necessidade e finalidades	681
§ 6.º A CADEIA PÚBLICA	681
48. Noções gerais	681
49. Necessidade e finalidades	681
SEÇÃO IV. OS DEVERES, OS DIREITOS E A DISCIPLINA	681
50. A especificação necessária	681
51. A assistência em geral	682
52. A assistência em especial	682
A. Assistência material	682

B. Assistência à saúde	682
C. Assistência jurídica	683
D. Assistência educacional	684
E. Assistência social	684
F. Assistência religiosa	684
G. Assistência ao egresso	685
53. O trabalho prisional	685
SEÇÃO V. SUPERVENIÊNCIA DE DOENÇA MENTAL	687
54. A solução legal	687
55. Conceito de doença mental	687
56. A hipótese da perturbação da saúde mental	687
57. Recolhimento do condenado	687
58. Recolhimento do preso provisório	687
59. Recolhimento de réu interdito	687
60. Estabelecimento adequado	688
61. Conversão da pena privativa de liberdade em medida de segurança	688
62. Duração da medida de segurança substitutiva	688
63. Suspensão da execução da multa	688
64. Suspensão da execução das penas restritivas de direitos	688
SEÇÃO VI. A EXECUÇÃO DA PENA EM MEIO LIVRE	689
65. Noções gerais	689
§ 1.º A SUSPENSÃO CONDICIONAL DA PENA	689
66. Conceito	689
67. Natureza jurídica	689
68. Espécies	690
69. O suposto direito subjetivo	691
70. Requisitos	693
A. Situações peculiares	694
B. Crimes hediondos e indulto	694
C. Aplicação contemporânea e sucessiva	694
D. Efeitos da condenação	694
71. Condições	695
A. Período de prova	695
B. Prorrogação do período de prova	695
72. Revogação	695
73. Extinção da pena	696
§ 2.º O LIVRAMENTO CONDICIONAL	696
74. Conceito	696
75. Natureza jurídica	696
76. Espécies	696
77. O suposto direito subjetivo	697
78. Requisitos	697
79. Condições	697

80. Revogação.....	698
81. Extinção da pena.....	698
82. Proibição do livramento condicional.....	699
CAPÍTULO IV. A EXECUÇÃO DAS PENAS RESTRITIVAS DE DIREITOS	700
83. Noções gerais	700
84. Alteração da forma de cumprimento.....	700
85. Personalidade.....	700
SEÇÃO I. PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS À COMUNIDADE OU A ENTIDADES PÚBLICAS	701
86. Natureza e alcance da restrição	701
87. Beneficiários dos serviços e controle da execução	701
88. Conversão	701
SEÇÃO II. INTERDIÇÃO TEMPORÁRIA DE DIREITOS.....	701
89. Natureza das interdições	701
90. Conversão	702
SEÇÃO III. LIMITAÇÃO DE FIM DE SEMANA	702
91. Controle da execução e encargos do estabelecimento	702
92. Conversão	702
CAPÍTULO V. A EXECUÇÃO DA PENA DE MULTA.....	703
93. A multa como dívida de valor	703
94. Legitimidade para promover a execução.....	703
95. Procedimentos alternativos de cobrança.....	705
96. Superveniência de doença mental ou perturbação da saúde mental.....	705
CAPÍTULO VI. A EXECUÇÃO NO CASO DO CONCURSO DE INFRAÇÕES	706
97. Penas privativas de liberdade	706
98. Penas restritivas de direitos.....	706
99. Penas de multa	707
CAPÍTULO VII. OS LIMITES DE EXECUÇÃO DAS PENAS	708
100. Limites das penas privativas de liberdade	708
101. Limites das penas restritivas de direitos.....	710
102. Limites da pena de multa	710
CAPÍTULO VIII. A DETRAÇÃO	711
103. Noções gerais	711
104. Conceito	711
105. Fundamento.....	711
106. Hipóteses em que se opera a detração.....	712
A. Prisão provisória.....	712
B. Prisão administrativa.....	712
C. Prisão por infração penal diversa	712
D. Prisão civil	713
E. Penas restritivas de direitos.....	713

CAPÍTULO IX. A REMIÇÃO	714
107. Noções gerais	714
108. Conceito	714
109. Efeitos quanto à pena privativa de liberdade	714
110. Efeitos quanto às penas restritivas de direitos	714
111. Natureza jurídica	715
112. Ausência de oferta de trabalho	715
113. Acidente no trabalho	716
114. Revogação do benefício	716
115. Remição e detração	716
116. Remição pelo estudo	716
TÍTULO XIII. A REABILITAÇÃO	717
CAPÍTULO ÚNICO	717
1. Conceito	717
2. Indicação histórica	717
3. Natureza jurídica	718
4. Penas atingidas pela reabilitação	719
5. Sigilo dos registros	719
6. Prescrição e reabilitação	720
7. Requisitos	720
8. Competência para conhecer do pedido	722
9. Renovação do pedido	722
10. Recurso da decisão concessiva	723
11. Recurso da decisão denegatória	723
12. Revogação	723
13. O patronato: esperança e frustração	724
14. O drama ambulante do egresso	725
TÍTULO XIV. VISÃO GERAL DA MEDIDA DE SEGURANÇA	727
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	727
1. Pena e medida de segurança	727
2. Conceito	727
3. Sistemas: duplo binário e vicariante	727
4. Natureza jurídica	728
5. Espécies	729
6. Destinatários	729
7. Superveniência de doença mental	729
CAPÍTULO II. PRINCÍPIOS DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	731
8. O princípio da humanidade	731
9. O princípio da necessidade	731
10. O princípio da anterioridade da lei penal	731
11. O princípio da jurisdicionalidade	732

12. O princípio da personalidade.....	732
13. O princípio da retroatividade da lei	732
CAPÍTULO III. PREVISÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	733
14. Precisão terminológica.....	733
15. A previsão legal das medidas.....	733
CAPÍTULO IV. APLICAÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	734
16. Pressupostos legais.....	734
17. Periculosidade real.....	734
18. Periculosidade presumida	734
19. Aplicação provisória.....	735
20. Fundamentação da sentença	735
21. Substituição da pena por medida de segurança	736
22. Substituição de uma medida por outra	736
23. Prazo	736
CAPÍTULO V. EXECUÇÃO DAS MEDIDAS DE SEGURANÇA	738
24. Início de execução.....	738
A. Noções gerais.....	738
B. Órgãos da execução	738
25. Estabelecimento adequado.....	739
26. Custódia indevida	740
27. Desinternação condicional.....	740
28. Liberação condicional	740
29. Liberação definitiva.....	740
30. Prazo	741
31. Detração	741
32. Liberação ilegal	741
33. Perícia médica	741
CAPÍTULO VI. DIREITOS DO INTERNADO	742
34. A previsão dos direitos do internado.....	742
35. Recolhimento em local adequado	742
36. Sujeição a tratamento	742
CAPÍTULO VII. REVOGAÇÃO E EXTINÇÃO	744
37. Noções gerais	744
38. Revogação da medida de segurança	744
39. Extinção da medida de segurança	744
40. Extinção da punibilidade	744
41. Prescrição da medida de segurança.....	745
TÍTULO XV. A AÇÃO PENAL	747
CAPÍTULO I. INTRODUÇÃO	747
1. O tratamento do tema no CP	747
2. Ação penal e ação civil	748

3. Conceito de ação penal	748
4. Conceito de processo penal.....	749
5. Condições da ação penal	750
6. Pressupostos processuais.....	752
7. Condições de procedibilidade	753
8. “Notitia criminis”	753
9. Inquérito policial.....	753
10. Pedido de explicações	754
CAPÍTULO II. AÇÃO PENAL PÚBLICA	755
11. Titularidade.....	755
12. Denúncia	755
13. Ação penal pública incondicionada	755
A. Conceito	755
B. Princípios	756
14. Ação pública condicionada	756
A. Conceito	756
B. Representação.....	757
C. Requisição	757
D. Legitimação concorrente	757
15. Ação penal no crime complexo.....	758
16. O assistente do MP na ação penal.....	758
A. Conceito	758
B. Legitimação	759
C. A legitimação de ente público	759
D. Da ação civil resultante da condenação.....	759
17. Ação penal privada subsidiária.....	760
CAPÍTULO III. AÇÃO PENAL DE INICIATIVA PRIVADA	761
18. Conceito	761
19. Princípios	761
20. Titularidade.....	761
21. Queixa.....	762
22. Reconciliação	762
23. Morte ou ausência do ofendido.....	762
24. Decadência	763
A. Conceito	763
B. Contagem do prazo	763
25. Renúncia	763
A. Conceito	763
B. Espécies	763
C. Efeitos.....	764
26. Perdão do ofendido	764
A. Conceito	764
B. Espécies	765

C. Efeitos.....	765
CAPÍTULO IV. A SUSPENSÃO DO PROCESSO.....	766
27. Noções gerais.....	766
A. A suspensão do processo nas questões prejudiciais.....	766
B. A suspensão do processo no interesse do réu.....	766
28. Natureza jurídica da suspensão no interesse do réu.....	767
29. Tipos de suspensão no interesse do réu.....	768
SEÇÃO I. SUSPENSÃO DE CARÁTER GERAL.....	768
30. Noções gerais.....	768
31. Ausência.....	768
32. Revelia.....	768
33. Requisitos.....	769
34. Aspectos controvertidos.....	769
A. A suposta inconstitucionalidade da regra.....	769
B. Irretroatividade da lei nova.....	770
C. O problema do prazo da prescrição.....	770
SEÇÃO II. SUSPENSÃO DE CARÁTER ESPECIAL.....	770
35. Noções gerais.....	770
36. Requisitos.....	771
37. Condições.....	771
38. Pluralidade de réus.....	772
39. Concurso de crimes e crime continuado.....	772
40. Período de prova.....	772
41. Revogação do benefício.....	772
42. Continuidade do processo.....	772
43. A extinção da punibilidade.....	773
CAPÍTULO V. A DISPENSA DA AÇÃO PENAL.....	774
44. As infrações penais de menor potencial ofensivo.....	774
SEÇÃO I. SUBSTITUTIVOS PROCESSUAIS.....	774
45. A conciliação.....	774
46. A transação.....	775
47. A extinção da punibilidade.....	775
SEÇÃO II. A DESPENALIZAÇÃO JUDICIAL.....	776
48. As práticas de despenalização.....	776
CAPÍTULO VI. A REFORMA DO PROCESSO PENAL BRASILEIRO.....	777
49. A concepção original do CPP e o advento da CF/88.....	777
50. Os Projetos de Reforma.....	777
51. O Projeto de Lei do Senado 156/2009.....	778
TÍTULO XVI. A EXTINÇÃO DA PUNIBILIDADE.....	779
CAPÍTULO I. A PUNIBILIDADE.....	779
I. Conceito.....	779

2. Posição sistemática.....	779
3. Punibilidade e pena.....	779
4. Condições objetivas de punibilidade	780
CAPÍTULO II. CAUSAS EXTINTIVAS DE PUNIBILIDADE.....	782
5. Conceito.....	782
6. Características.....	782
7. Natureza jurídica.....	782
8. Relação não exaustiva	783
A. No sistema do CP.....	783
B. Na legislação especial.....	783
9. Concurso de pessoas.....	783
CAPÍTULO III. ESPECIFICAÇÃO DAS CAUSAS.....	784
10. Morte do agente	784
11. Anistia	784
§ 1.º ESPÉCIES.....	785
12. Anistia própria	785
13. Anistia imprópria	785
14. Anistia plena.....	785
15. Anistia restrita.....	785
16. Anistia incondicional	786
17. Anistia condicional.....	786
§ 2.º PROCEDIMENTO.....	786
18. Lei de Execução Penal.....	786
19. Graça	786
§ 1.º ESPÉCIES.....	787
20. Graça ampla	787
21. Graça restrita.....	787
§ 2.º PROCEDIMENTO.....	787
22. Lei de Execução Penal.....	787
23. Indulto.....	787
§ 1.º ESPÉCIES.....	788
24. Indulto incondicional.....	788
25. Indulto condicional.....	788
§ 2.º SOMA DE PENAS.....	788
26. Delitos autônomos	788
§ 3.º DISPENSA DA COISA JULGADA.....	789
27. Concessão.....	789
§ 4.º PROCEDIMENTO.....	789
28. Lei de Execução Penal.....	789
29. Comutação de pena.....	789
30. Retroatividade da lei mais benéfica	790

A. Entendimento de lei mais benéfica.....	790
B. Sucessão de leis no tempo.....	790
C. Apuração de maior benignidade.....	790
31. Prescrição.....	790
A. Noções gerais.....	790
B. Conceito.....	791
§ 1.º ESPÉCIES.....	791
32. Prescrição da ação penal (prescrição da pretensão punitiva).....	791
33. Prescrição da condenação (prescrição da pretensão executória).....	791
34. Prescrição pela pena presumida.....	792
§ 2.º PRAZOS.....	794
35. Critério e limites.....	794
§ 3.º TERMO INICIAL.....	794
36. Antes de transitar em julgado a sentença final.....	794
37. Após o trânsito em julgado da condenação.....	795
§ 4.º CRIMES IMPRESCRIPTÍVEIS.....	795
38. Noções gerais.....	795
39. Relação.....	796
§ 5.º CAUSAS IMPEDITIVAS OU SUSPENSIVAS.....	796
40. Noções gerais.....	796
41. A previsão constitucional.....	796
42. A previsão no CP.....	796
43. A previsão no CPP e na legislação especial.....	796
§ 6.º CAUSAS INTERRUPTIVAS.....	797
44. Noções gerais.....	797
45. A previsão no CP.....	797
§ 7.º OS VÁRIOS TIPOS DE PRESCRIÇÃO.....	798
46. Prescrição das penas privativas de liberdade.....	798
47. Prescrição das penas restritivas de direitos.....	798
48. Prescrição da pena de multa.....	798
49. Prescrição das medidas de segurança.....	799
50. Redução dos prazos de prescrição.....	799
51. Prescrição no caso de fuga do condenado.....	800
52. Prescrição no caso de revogação do livramento condicional.....	800
53. Prescrição nos crimes complexos.....	801
54. Prescrição nos crimes conexos.....	801
55. Prescrição no caso de concurso de crimes.....	801
56. Prescrição no caso de crime continuado.....	801
57. Prescrição das penas mais leves.....	802
58. Decadência.....	802
59. Perempção.....	802
60. Renúncia.....	803

61. Perdão do ofendido	803
62. Retratação	803
63. Casamento do agente com a vítima.....	804
64. Casamento da vítima com terceiro	805
65. Perdão judicial.....	806
66. Pagamento do tributo ou de contribuições	806
TÍTULO XVII. SÚMULAS DA JURISPRUDÊNCIA	809
CAPÍTULO I. A IMPORTÂNCIA DAS SÚMULAS	809
1. Noções gerais	809
2. A origem da Súmula do STF	809
3. Classificação das Súmulas	810
4. Natureza, limites e eficácia das súmulas	810
5. A Súmula de Efeito Vinculante	811
6. A relação das Súmulas de Jurisprudência Predominante	812
CAPÍTULO II. SÚMULAS DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	813
CAPÍTULO III. SÚMULAS DE EFEITO VINCULANTE	816
CAPÍTULO IV. PRECEDENTES DE REPERCUSSÃO GERAL.....	817
CAPÍTULO V. SÚMULAS DO SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA.....	819
CAPÍTULO VI. SÚMULAS DO EXTINTO TRIBUNAL FEDERAL DE RECURSOS	821
TÍTULO XVIII. ALTERAÇÕES LEGISLATIVAS	823
CAPÍTULO ÚNICO.....	823
1. Esclarecimento prévio	823
2. Relação	823
TÍTULO XIX. JURISPRUDÊNCIA GARANTISTA	845
1. Doutrina garantista	845
2. Constante atualização	845
3. Os precedentes selecionados.....	845
BIBLIOGRAFIA	857
ÍNDICE ALFABÉTICO E REMISSIVO	877
OUTRAS OBRAS DO AUTOR.....	891